

RECONCILIAR HISTÓRIA E MEMÓRIA?

Flávio

Conferência de Philippe Joutard*

Tradução de Tania Gandon

O título desta conferência pode parecer estranho, mas ele traduz uma interrogação que é ao mesmo tempo pessoal e coletiva, pelo menos na França, onde há alguns anos tem sido forte a tensão entre historiadores e “portadores” de memória. Paul Ricoeur, um dos maiores filósofos franceses, consagrou vários anos de reflexão a este assunto, o que culminou na publicação, em setembro 2000, de *La Mémoire, l'Histoire, l'Oubli*, livro que teve uma grande repercussão, inclusive na imprensa.

Devo confessar que esta minha exposição sobre memória e história baseia-se, em grande parte, nas minhas experiências pessoais, devendo muito aos encontros de história oral dos quais participei. Dentre eles, posso citar – assegurando que não se trata de gentileza ou amizade –, a X Conferência Internacional de História Oral, ocorrida no Rio de Janeiro, em 1998, evento tão bem organizado pela então presidente da Associação Internacional de História Oral, Marieta de Moraes Ferreira. Cito ainda um encontro ocorrido dois anos mais tarde, em Buenos Aires, e organizado por Dora Schwartzstein.

De início, uma interrogação: Memória e História são antagônicas enquanto duas abordagens possíveis do passado?

Mesmo correndo o risco de ser elementar, comecemos pelo mais simples, relembrando alguns traços que diferenciam memória e história. Todas duas têm em comum o fato de representar aquilo que foi e que não é mais. Cada uma estabelece, porém, uma relação diferente com o passado. A memória tem uma ligação direta, afetiva, com o passado pois ela é antes de tudo memória individual, lembrança pessoal de eventos vividos. Para empregar uma expressão de Paul Ricoeur, há aí um fenômeno de “reconhecimento”. Por outro lado, não é nenhum paradoxo dizer que o esquecimento é constitutivo da memória, pois ela é terrivelmente seletiva e se concentra sobre alguns fatos apenas.

Percebemos aí duas ordens de esquecimento: há o esquecimento do que é considerado insignificante e que não merece ser destacado e há também o esquecimento

ocultação, o esquecimento voluntário, aquele que oculta aquilo que não queremos lembrar para não perturbarmos a imagem que temos de nós mesmos. A memória sabe também transformar consciente ou inconscientemente o passado em função do presente, possuindo uma tendência particular a “embelezá-lo”. Ela se define por sua capacidade de recorrer ao simbólico e por sua aptidão para criar mitos, estes, aliás, não são visões falsas da realidade e sim uma outra maneira de descrever o real, uma outra forma de verdade.

No senso estrito da palavra, não existe memória senão individual, mas não é exagerado falar também em memória coletiva, embora haja vários especialistas das ciências humanas que contestem este conceito. Sem mesmo ter lido o sociólogo francês Maurice Halbwachs, basta ter tido uma longa prática em pesquisa com depoimentos orais para verificar que é justo utilizar este termo. O método de sondagem nos trás uma prova disto; eu mesmo experimentei-o tentando perceber quais são atualmente “os heróis da história da França”. Para tal, procedi a uma enquête a partir de duas questões simples: uma questão aberta – “se você pudesse se encontrar com um personagem da história da França, quem você escolheria?” – e uma questão fechada; nesta, sobre uma lista de treze nomes pedia-se que fosse indicado aquele que despertava mais admiração.

Prontamente evidenciaram-se permanências, pontos fortes, que traduzem preferências coletivas, existindo uma coerência e uma lógica próprias ao processo de escolha dos heróis. Certo, neste caso não se pode minimizar o papel das instituições, sobretudo da mais forte e global que é o Estado, agindo através da escola, mas o processo das escolhas comuns não se reduz a esta única determinação.

A história, logo de saída, instaura uma distância, pois, na maioria dos casos o historiador não viveu o passado que ele descreve. A ligação afetiva e pessoal não é espontânea, mesmo considerando que o tema abordado pelo historiador tem sempre uma relação com sua própria história; o processo de análise o obriga, no entanto, a um certo distanciamento do seu objeto de estudo. Para retomar a etimologia grega, a história é uma “investigação”. O historiador deve combater o que tende a ficar no esquecimento e não lhe é permitido negligenciar fatos importantes, mesmo se os hierarquiza e classifica. Ele deve utilizar todas as fontes e cruzá-las. Ele tem, via de regra, uma tendência toda particular em

* Professor da Universidade de Provence (Aix-Marseille I) e da École des Hautes Études en Sciences Sociales (Paris)

privilegiar o escrito. Afinal a disciplina histórica constituiu-se, do ponto de vista científico, a partir de uma crítica à tradição oral, daí a desconfiança espontânea de muitos historiadores quanto à utilização da fonte oral. O desenvolvimento da historiografia está, portanto, em relação direta com a extensão dos arquivos.

Enfim, não é menos importante lembrar que por muito tempo a dependência da história face ao poder foi algo bastante real, como no caso dos historiadores do rei. Ainda resta um interesse prioritário de alguns historiadores pelos fenômenos de poder e pelo político, que não recobrem muitos outros aspectos da realidade passada.

Memória e história são, assim, duas vias paralelas de acesso ao passado que obedecem a duas lógicas diferentes. Neste sentido, Paul Ricoeur opõe a fidelidade da memória à verdade da história. Hoje em dia elas podem parecer antagonistas.

Observemos, mais de perto, este antagonismo entre história e memória atualmente. Para mostrar este antagonismo darei três exemplos. Em primeiro lugar, um caso pessoal: eu participei muitas vezes de encontros entre pessoas que lutaram na resistência durante a Segunda Guerra Mundial e historiadores dessa resistência. Não eram da mesma geração e tudo se passava muito mal. Era preciso ser muito diplomata para evitar brigas mais sérias. Porque tinha um que dizia: *"Vocês não compreendem nada do que nós vivemos, vocês mudam nossas palavras, nossos testemunhos, e nós damos esses testemunhos em toda confiança; vocês estão esperando que a gente morra para dizer o que vocês quiserem."* E, do outro lado, outro dizia: *"Mas o que vocês me dizem está falso, os documentos mostram que não é confiável."*

Outro exemplo que vou utilizar é o filme de Claude Lanzmann sobre a solução final, a exterminação final. O filme é inteiramente baseado, sem exceção alguma, em testemunhos orais; não faz, mesmo, nenhum apelo a arquivos escritos. Esta foi uma escolha deliberada do cineasta, porque ele acha, como afirmou muitas vezes, que somente a memória é capaz de narrar o "indizível" desta tragédia, de contar o que foi a *Shoah*. A história, fazendo uso de outras fontes cruzadas não iria ser fiel ao que foi realmente vivido, não poderia transmitir aquele "indizível". Ele chegou a utilizar uma expressão fortíssima, nesse sentido, ao dizer: "a história é obscena", porque ela procura explicar, compreender, ela começa a escusar, a banalizar...

O terceiro exemplo: na França atualmente – e isto não ocorre apenas neste país – a memória parece ter suplantado a história; os homens políticos falam constantemente em "dever da memória" e a palavra memória foi incorporada ao nome de várias instituições

consagradas à preservação do passado. O Estado francês criou, por exemplo, em 1997, uma comissão designada *Haut Conseil de la Mémoire Combatente* (Alto Conselho da Memória Combatente), contratando, no ano seguinte, alguns jovens para recolher testemunhos de ex-combatentes. Pierre Nora, face ao que vem ocorrendo, utiliza a expressão “era da memória generalizada”. *Les lieux de mémoire*, grande obra editorial pela qual ele foi responsável – redigida entre os anos de 1980 e 1992 –, tanto explica quanto participa deste fenómeno.

Dados estes exemplos, que evidenciam antagonismos entre memória e história, falarei um pouco sobre as razões do recuo que a história está tomando em relação à memória. Este mal-entendido, que implica em dominação da memória sobre a história, é relativamente recente, mas as origens do problema remontam a um passado mais longínquo.

Na segunda metade do século XIX e primeira metade do século XX, a história triunfante ocupava todo o espaço em relação ao estudo do passado, recobrando inteiramente o campo da memória histórica. Era como se fosse uma memória-história. Na Alemanha, como na França, ela se queria científica, mas sua meta principal era mesmo a de despertar um sentimento nacionalista e legitimar o poder. Este processo ocorria com mais forte razão quando se tratava de criar uma nação que apenas despontava como um país novo, sendo preciso nesses casos despertar um sentimento nacional para o Estado emergente. Afinal, a relação entre história e identidade é primordial, tal como o é no caso da memória.

O tipo de história sobre a qual acabamos de falar partilha de inúmeras características da memória, sobretudo no que diz respeito a esquecimentos e deformações estreitamente relacionados com a identidade à qual ela pretende servir. Tomemos como exemplo os manuais de história das escolas francesas que falam dos ancestrais gauleses como tendo sido os únicos ancestrais da pátria. Afora os gauleses tudo mais é esquecido, como os gregos, anteriores àqueles. Na verdade, a cidade mais antiga da França, Marselha, foi fundada em torno do ano 600 DC por gregos asiáticos. Mais esquecidos ainda ficam os povos anteriores, que os gauleses encontraram no território que corresponde à França atual quando aí chegaram, vindos em migração da Europa central.

Omite-se também qualquer explicação aos alunos de que um dos criadores do nacionalismo germânico foi o próprio Napoleão, com suas conquistas. Outro exemplo é o de Carlos Magno, decantado pela tradição oral e apresentado em livros de história como um imperador unicamente francês, embora ele tenha sido coroado em Roma e reinado a partir de Aix-la-Chapelle, cidade que se situa na Alemanha.

Este tipo de história é maniqueísta, como a memória, e apresenta versão unívoca onde minorias e vencidos não têm direitos a serem citados. Esta história-memória vai entrar em

processo de declínio após a Guerra de 1914, por diferentes razões, umas relevando da própria disciplina histórica, outras decorrentes da evolução da sociedade. A terrível carnificina desta guerra, início da extrema violência característica do século XX, desmoralizava uma história que lhe havia fornecido sua justificação. As pessoas começaram a se dar conta que essa história nacionalista justificava a guerra.

Quanto às razões da desmoralização da história-memória nacionalista que relevam da própria disciplina, é bem conhecido aqui no Brasil o movimento dos *Annales*, animado por Marc Bloch e Lucien Febvre, movimento que desvalorizava aquele tipo de história estritamente política e factual, centrada em alguns grandes personagens. Os *Annales* acusavam a historiografia clássica de negligenciar a maior parte das realidades humanas. Próxima à antropologia, propondo uma abertura interdisciplinar, as novas propostas dos *Annales* procuravam valorizar atores históricos até então ignorados, mais modestos, menos visíveis. Este movimento fez uma crítica política à historiografia tradicional que falava das elites e negligenciava a maioria.

Esta corrente historiográfica vai se reforçar depois da Segunda Guerra Mundial, tomando uma amplitude ainda maior com os movimentos dos anos 1960, sobretudo com o de 1968, na França. Ela vai procurar então pôr em evidência todas as formas de marginalidade, abordando como atores privilegiados da história as mulheres, os trabalhadores, os imigrantes, os camponeses, as minorias étnicas.

Não se tratando de algo idêntico, o fenômeno "Roots" (Raízes) vindo dos Estados Unidos na década 1970, desenvolve-se neste mesmo sentido. Faço alusão aqui ao enorme sucesso em todos os países ocidentais do livro – seguido da novela televisada – de autoria de Haley, narração da trajetória de uma família negra americana desde a escravidão até a época atual. "Roots" contrastava enormemente com aquela história bem americana de até então, que só punha em evidência os WASP (White Anglo-Saxon Protestants), brancos anglo-saxões protestantes. É o começo de uma abordagem afetiva ao passado, início da era da memória generalizada, antídoto à evolução demasiado rápida das economias e das sociedades capitalistas, uma das primeiras formas de reação contra o que veio a ser conhecido depois como mundialização ou globalização.

Então, é nesta conjuntura dos anos 1960, estando a marginalidade em evidência, que vai tomar impulso a chamada história oral. O desenvolvimento da história oral está diretamente relacionado com esses movimentos convergentes que buscam uma história mais democrática, uma história dos excluídos da história, um retorno às raízes. Um livro simboliza bem, na Europa, este período em que o interesse de muitos se volta para a

Aspectos
subjetivos

HIST → DISTÂNCIA
(ESCRITO)

história oral: *Le Monde des Vaincus* (O Mundo dos Vencidos) de Nuto Revelli. Na América Latina o livro de Oscar Lewis *Los Hijos de Sanchez* (Os filhos de Sanchez) teve também o mérito de revelar então a força² da história oral. Ora, como é evidente, a história oral se apóia essencialmente na memória e nos testemunhos. Há quem veja nela um meio de aceder a uma outra história, aquela dos excluídos da história, que se confunde com a dos excluídos da escrita. Eu não vou insistir sobre o movimento da história oral, mesmo porque Marieta Ferreira já falou longamente aqui sobre a expansão deste movimento no mundo.¹

Enfim, procurando dar mais uma última razão para a ênfase dada atualmente à memória, cito o descrédito de muitos quanto ao fato de que as fontes escritas sejam capazes de narrar as grandes catástrofes do século XX. Os arquivos tradicionais escritos são vistos como incapazes de dar conta das grandes catástrofes humanas no que elas portam de “indizível” quanto à violência e a desumanidade absoluta. Deste ponto de vista, o filme de Lanzmann abre uma nova via. Mas a extrema violência e os genocídios não se extinguíram com a *Shoah*, mesmo considerando que este episódio tenha um caráter único.

Concluimos então que o “tempo da história” foi substituído por um “tempo da memória”, no qual tanto se rejeita a história-memória nacional como se dá pouco valor a toda história ligada ao poder. Esta substituição acarretou alguns excessos sobre os quais passo agora a falar.

Chegamos agora à segunda parte desta exposição, aquela que eu intitulo: **Como Ultrapassar uma Oposição Estéril**. Dou este subtítulo porque creio firmemente que uma abordagem conjunta memória-história seja a desejar. Para falar sobre a oposição entre as duas e sobre a possibilidade de uma reconciliação entre elas, eu vou começar, fazendo uma reflexão a respeito de uma ambigüidade própria à noção de memória.

Há, na verdade, duas memórias. Estou simplificando um pouco, mas afirmo que há, realmente, duas memórias. De um lado uma memória que eu chamo de memória modesta, que nós encontramos na maior parte do tempo em nossas pesquisas orais. E, ao lado dela, há o que eu chamo de memória orgulhosa, aquela que tende a se colocar em primeiro plano e que é instrumentalizada para fins diversos. A memória modesta é aquela que se escuta tanto nas entrevistas em frases como: “*Oh, eu não tenho nada a dizer, não sei, não*

¹ Ele se refere à conferência de Marieta de Moraes Ferreira *O Panorama Internacional da História Oral* que antecedeu esta sua exposição no I Encontro Franco-Brasileiro de História Oral, realizado em 29 e 30 de agosto de 2002.

sei se vai ser interessante, vocês deviam ir ver fulano de tal que sabe melhor do que eu". É a memória daqueles que o pesquisador tem que convencer que eles são atores da história. No princípio o entrevistado diz umas banalidades e de repente diz aquela coisa, aquela coisinha, aquele detalhe, aquela anedota na qual parece que tudo está contido; aquela coisa imprevista que subverte as idéias preconcebidas que temos. É justamente neste "pequeno fato verdadeiro" que se concentra todo o sentido da fala do entrevistado.

Darei aqui um exemplo ocorrido numa entrevista realizada por minha esposa, Geneviève Joutard, com Claire Aben, mulher de origem judaica que fôra deportada a Auschwitz. Ela nunca havia testemunhado sobre este episódio de sua vida, nem mesmo com seus filhos. Na entrevista que deu a Geneviève, ao narrar o momento em que foi detida, com sua mãe e sua irmã, ela deixou escapar este detalhe alucinante ao dizer: "Eles nos puseram num táxi e nos fizeram pagar o táxi que nos levava ao centro de detenção." Ou seja, essas mulheres foram obrigadas a pagar o táxi. Este é um detalhe muito significativo que nos leva a refletir sobre algo muito grave acerca das estratégias de eliminação envolvendo a vítima no processo da sua própria destruição.

São detalhes assim que nos dão o sentimento de alcançar uma outra realidade, de poder, ao utilizar os testemunhos, escrever uma "outra história" mais próxima do passado tal como vivido. Esta memória modesta permite que a gente mergulhe na História vivenciada na carne. Esta mesma Claire Aben, durante a entrevista, ao falar sobre a fome que sentia ao ver os guardas do campo de concentração comendo salame, mimetizou a fome rememorada fazendo com a boca o gesto de mastigar. Eis aí a importância do gesto! É importante filmar, ou pelo menos registrar o gesto, o corpo e a totalidade do que ele exprime.²

~~Quem já se teve a experiência da pesquisa que faz apelo ao testemunho, descobrindo sua~~ riqueza, passa a reconhecer o caráter insubstituível do depoimento oral e não pode mais se resignar com este antagonismo entre memória e história. Mas, no sentido inverso, compreende-se também a exasperação de um historiador quando este se depara com a memória orgulhosa, dominadora e plena de certezas, aquela que transmite uma visão de mundo perfeitamente organizada, com respostas para tudo. Percebe-se logo que se trata de uma memória previamente construída, de um discurso todo pronto, usando recursos de citações de livros, da mídia, demonstrando influência de estereótipos e quase desprovido do que seja individual, subjetivo. Atualmente, esta memória aparece, muitas vezes, como memória oficial, servindo a interesses de toda ordem. Lembremos que a memória não está

² Felizmente, no caso do testemunho em questão, este ficou registrado no filme resultante da pesquisa realizada por Geneviève Joutard sobre o tema das mulheres durante a Segunda Guerra Mundial.

necessariamente do lado dos vencidos e que hoje em dia ela é manipulada sobretudo pela opinião dominante.

Quem faz história oral provavelmente já encontrou certos entrevistados que vão recitando um discurso todo pronto, assim que o gravador é ligado. Quando se passa a analisar esta entrevista, observa-se que a parte das lembranças pessoais é fraca, predominando referências de fontes escritas, em geral tomadas de empréstimo à história, ou pelo menos a uma forma de história que se presta a simplificações memorialistas. A influência da escola é visível nesses discursos, assim como a da mídia.

Na realidade, esta memória é mais coletiva do que individual, tomando o lugar da história-memória do século XIX, sem se preocupar com referências científicas. Ela tem, em parte, ligação com o poder dominante e com a opinião majoritária. Ela assegura a coesão social e política num mundo atomizado onde progride o individualismo. Mais grave ainda, ela torna-se um instrumento eficaz de enquadramento e de mobilização nas ditaduras, nos sistemas totalitários. Este tipo de memória pode tornar-se facilmente num instrumento de morte: **mata-se em nome da memória**. Não é pelo fato de permitir a estruturação de uma identidade que ela é positiva e progressista. Neste sentido, eu lembro perfeitamente como é que na antiga Iugoslávia, nos Bálcãs, matava-se em nome da memória. Se não chegarmos a um acordo sobre esta questão que incentiva conflitos de memórias não vamos nunca ter paz.

Diante desses impasse memoriais, o trabalho e também o dever do historiador é de **fazer da memória um objeto da história**, de demonstrar o caráter construído de discursos baseados na memória que servem à instrumentalização política, dando lugar a manipulações.

Reconheço, porém, que há também uma história orgulhosa, dominante, insuportável, tão orgulhosa quanto a memória orgulhosa. Nela há dogmatismo e triunfalismo, com uma ênfase particular na crença de que o documento escrito traduz perfeitamente o real. Esta história triunfalista caracteriza-se por um feitichismo da fonte escrita, considerada muito mais credível do que qualquer outra fonte.

A desconfiança de alguns historiadores em relação às fontes orais é, em geral, acompanhada de uma confiança cega no fato de que o que está escrito é verdade, sobretudo quando o que está escrito toma forma de documento científico aparentemente incontestável. Penso aqui na ilusão de objetividade quanto às estatísticas que, como vocês devem saber, dependem de classificações seletivas, sendo fontes construídas. Ora, quanto mais um documento parece objetivo, mais a crítica histórica deve se interrogar sobre sua subjetividade.

Outra característica da história triunfalista é sua visão simplista do que é verdadeiro e do que é falso. O historiador não se interroga aí o bastante sobre o significado do erro, da mentira, do que ele não considera como verdadeiro. Discorri longamente sobre este problema na minha conferência de introdução aos trabalhos da X Conferência Internacional de História Oral publicada aqui no Brasil graças à gentileza de amigos.³ Não retomarei, portanto esta questão, senão para repetir que em história tudo é documento e tudo deve ser interpretado, havendo sempre uma verdade nos erros e nas deformações da realidade.

O historiador deve admitir que ele não pode jamais dar conta da realidade, esgotá-la, pois a visão de cada um de nós é sempre parcial. Dois historiadores, com a mesma honestidade e competência, ao trabalhar sobre os mesmos testemunhos podem chegar a conclusões sensivelmente diferentes, sobretudo se não forem da mesma geração nem pertencerem à mesma cultura. Aliás, é bastante enriquecedor para as diversas histórias nacionais o olhar cruzado de historiadores estrangeiros. Mas o conjunto da comunidade de historiadores não pode jamais pretender reconstituir integralmente o real, mesmo multiplicando ao infinito os pontos de vista.

A experiência de um resistente, de um deportado, de um prisioneiro, de um torturado não é totalmente transmissível, assim como não o é a experiência de vida de cada um de nós. Ela desaparece com quem a viveu. Deste ponto de vista, a crítica que fazem certos indivíduos “portadores” de memória contra os historiadores – crítica que eu evoquei no início desta exposição – contem sua parte de verdade. Além do mais, a perspectiva histórica é apenas uma das abordagens possíveis da realidade. Outras abordagens existem, como a da arte, a da literatura... Aqui no Brasil, a obra de Jorge Amado é um magnífico exemplo disto.

Chegamos agora ao ponto em que vou “amarrar” a minha conclusão, dizendo porque estou convencido de que o fortalecimento mútuo da relação entre memória e história é desejável. Ambas só têm a lucrar colaborando entre si. A reconciliação começa com o reconhecimento mútuo dos limites tanto da história, quanto da memória. Como primeiro ponto para tal, creio que é preciso que a memória, assim como a história, passem a se considerar de um ponto de vista mais modesto e que saibam que a abordagem da realidade é sempre parcial. A memória precisa compreender que o trabalho do historiador é a melhor garantia da sua própria sobrevivência; isto porque a historiografia tem uma vocação de ultrapassar particularidades, de estabelecer uma certa forma de linguagem universal que transcende

³ Philippe JOUTARD; “Desafios à História Oral do Século XXI” in FERREIRA, Marieta de M. et alii (org.) *História Oral: desafio para o século XXI*. Rio de Janeiro, Ed. Fiocruz/CPDOC-FGV, 2000, pp. 31 – 46.

espaços e épocas diferentes. Tomando os casos mais dramáticos do século XX, penso que a memória das tragédias tem tudo a lucrar ao ter um suporte no olhar do historiador, não devendo temer a crítica histórica pois o essencial da palavra dos “portadores” de memória será validado. Com efeito, é sempre possível “relativizar” um relato de memória, compará-lo a uma outra versão, mesmo falsificada, e explicar em seguida que cada uma delas tem seu valor e contem sua parte de verdade. Aqueles que não têm interesse na historização das memórias são muitas vezes os que procuram negar que certos fatos existiram, como no caso dos que negam a ocorrência de torturas, de desaparecimentos e de genocídios.

No sentido inverso, a história também deve ter todo o interesse em escutar e respeitar a memória. Esta pode preservá-la de cair na tentação do determinismo, um dos pecados maiores do historiador, tão condenável quanto o anacronismo.

O que é que a história pode reter da memória? Digamos que a memória põe o passado no presente e mostra pontos de vista sobre o que poderá ocorrer no futuro. Os vários pontos de vista da memória permitem relativizar diferentes relatos, mas, é justamente pelo fato de se trabalhar com testemunhos variados que se torna possível obter uma visão do conjunto, pois as diversas versões, embora relativas, revelam um todo.

Lembremos também que, se a história não pode pretender elaborar uma ressurreição integral do passado, a memória tem condições de ajudá-la, fornecendo-lhe o fio de Ariadne, aquela ligação com o que é carnal de que tanto precisa a história para tornar o passado inteligível. A memória faz a história escutar outras vozes que trazem alguma luz sobre cenas de realidades passadas.

Peço permissão para fazer alusão a minha experiência pessoal nesta área. Eu descobri a história oral no fim dos anos sessenta, quando estudava relatos escritos sobre uma revolta camponesa do século XVIII, na França: a revolta dos *Camisards*. Trata-se de uma revolta de camponeses protestantes em defesa da sua religião, que era também sua cultura.⁴

Ao lado dos documentos e livros escritos sobre o tema, existe ainda, na região altamente alfabetizada da montanhosa *Cévennes*, onde pesquisei, uma rica tradição oral sobre a guerra dos *Camisards*. Então um amigo me disse: “*Eu acho que você deve interrogar as pessoas.*” No início não se acreditava muito que esta pesquisa oral fosse dar bons resultados. Mas eu fui a campo a escuta dessa tradição oral. A sua transmissão me forneceu alguns fatos misturados a contos e lendas provenientes de toda uma série de tradições folclóricas. A

⁴ O protestantismo havia sido proibido na França na época de Luis XIV – O principal livro do Professor Joutard sobre este tema é *La Légende des Camisards; une sensibilité du passé*, Paris, Gallimard, 1977.

memória transmitida oralmente misturava também muitas outras histórias reelaboradas até mesmo a partir de fontes escritas. Posso lhes assegurar, porém, que essa tradição oral, através de suas deformações e seus erros, no sentido literal do termo, informaram-me muito mais sobre o funcionamento da guerrilha e sobre a mentalidade do camponês protestante do que a maior parte dos documentos escritos que consultei, estes considerados como mais confiáveis.

Para finalizar, quero dizer que falar sobre a concórdia a ser buscada entre memória e história pode parecer piegas, algo utópico, uma conclusão apenas retórica e teórica. Existem, porém exemplos concretos, precisos, de reconciliação entre as duas. E a maioria desses exemplos eu os encontro no trabalho de história oral. É por isso que fico muito contente ao ver o dinamismo com que essa forma de história está sendo feita no Brasil. Fico muito feliz também em estar hoje aqui na Bahia podendo discutir esta questão com vocês.

